

v.2, n.10, 2025 - Outubro

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO LEGAL DA CARGA FISCAL NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Beatriz Gomes Barboza¹

Kevin Richard do Nascimento Silva²

Revista O Universo Observável

DOI: 10.5281/zenodo.17428949

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.17428949)

¹Universidade de Vassouras - Campus Maricá.

E-mail: barbozabia57@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8647009637249432>

²Universidade de Vassouras - Campus Maricá.

E-mail: kevin.richard.ns@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3243448099105642>





v.2, n.10, 2025 - Outubro

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO LEGAL DA CARGA FISCAL NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Beatriz Gomes Barboza e Kevin Richard do Nascimento Silva



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

Diante do desafio da alta carga e complexidade tributária no Brasil, o planejamento tributário emerge como uma ferramenta legal essencial para a redução da carga fiscal, promovendo uma gestão mais estratégica e eficiente, sem recorrer a práticas ilícitas. O objetivo deste estudo é avaliar o impacto do planejamento tributário na carga fiscal das empresas. Para isso, a pesquisa visa identificar os principais tipos de planejamento previstos na legislação brasileira, compreender o papel da contabilidade na estruturação dessas estratégias e analisar casos práticos de uso eficiente, demonstrando ganhos financeiros e legais. A metodologia se baseia na análise de referenciais teóricos (incluindo Oliveira, 2020, e Martins, 2018) e na observação de exemplos práticos de aplicação. Espera-se demonstrar que a gestão tributária adequada não só previne penalidades e reduz custos operacionais, mas também fortalece a governança corporativa e amplia a competitividade. Em contraste, falhas podem gerar multas, comprometer a imagem e dificultar o acesso a regimes fiscais vantajosos. Em resumo, o estudo reforça o planejamento tributário como instrumento vital para a saúde financeira das empresas brasileiras, destacando a contabilidade como aliada estratégica neste cenário econômico desafiador.

Palavras-Chaves: Planejamento Tributário; Carga Tributária; Gestão Fiscal; Tributação Brasileira; Elisão Fiscal.

ABSTRACT

Faced with the challenge of high tax burdens and complexities in Brazil, tax planning has emerged as an essential legal tool for reducing the tax burden, promoting more strategic and efficient management without resorting to illicit practices. The objective of this study is to assess the impact of tax planning on companies' tax burdens. To this end, the research aims to identify the main types of planning provided for in Brazilian law, understand the role of accounting in structuring these strategies, and analyze practical cases of efficient use, demonstrating financial and legal benefits. The methodology is based on the analysis of theoretical frameworks (including Oliveira, 2020, and Martins, 2018) and the observation of practical examples of application. The aim is to demonstrate that proper tax management not only prevents penalties and reduces operating costs but also strengthens corporate governance and increases competitiveness. In contrast, failures can generate fines, damage the image, and hinder access to advantageous tax regimes. In summary, the study reinforces tax planning as a vital tool for the financial health of Brazilian companies, highlighting accounting as a strategic ally in this challenging economic scenario.

Keywords: Tax Planning; Tax Burden; Tax Management; Brazilian Taxation; Tax Avoidance.

1. INTRODUÇÃO

O ambiente empresarial brasileiro é caracterizado por uma das maiores cargas tributárias do mundo e por um sistema fiscal complexo e burocrático. Esses fatores impõem desafios significativos à gestão financeira, comprometendo a competitividade, a rentabilidade e a sustentabilidade das organizações. Nesse cenário, o planejamento tributário se apresenta como uma ferramenta estratégica essencial, permitindo reduzir legalmente a carga fiscal sem recorrer a práticas ilícitas, como a sonegação.

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu mudanças relevantes no sistema tributário nacional e introduziu o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), considerado um dos mais abrangentes do mundo, torna o debate ainda mais atual. Com isso, compreender como aplicar o planejamento tributário de forma eficiente passa a ser urgente para garantir economia de recursos, otimização fiscal e fortalecimento financeiro das empresas.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar os efeitos da adoção do planejamento tributário sobre a carga fiscal das empresas brasileiras, analisando sua aplicação prática e os benefícios resultantes. Para tanto, são explorados os principais tipos de planejamento tributário previstos em lei, o papel da contabilidade na estruturação dessas estratégias e casos reais que demonstram ganhos financeiros e jurídicos.

A relevância do estudo está diretamente relacionada ao peso dos tributos nos custos operacionais das empresas. Investigar alternativas legais de planejamento fiscal contribui

para o aprimoramento da governança corporativa, para o aumento da competitividade e para a sustentabilidade dos negócios.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Planejamento Tributário (Elisão Fiscal): Conceito e Finalidade

O planejamento tributário reúne estratégias que buscam organizar as atividades da empresa para minimizar legalmente a carga fiscal. De acordo com Oliveira (2020), trata-se de um instrumento lícito que aproveita as opções legais disponíveis para reduzir tributos e ampliar a eficiência fiscal.

A principal finalidade é gerar economia dentro dos limites da lei. Martins (2018) ressalta que o planejamento tributário não deve ser confundido com práticas ilícitas, como a sonegação, mas compreendido como uma forma legítima de adaptação às normas fiscais.

2.2 Tipos de Planejamento Tributário

O planejamento pode ser classificado conforme sua natureza e horizonte temporal:

- Operacional: relacionado às atividades rotineiras, com foco na escolha de regimes e aproveitamento de incentivos fiscais.

- Estratégico: decisões de médio e longo prazo, como fusões, cisões e reorganizações societárias, visando eficiência fiscal.

- Preventivo: antecipação de obrigações para reduzir riscos e evitar penalidades.

Essas modalidades devem ser aplicadas de forma integrada, com base em informações contábeis e jurídicas atualizadas.

2.3 Legalidade e Limites do Planejamento Tributário

O ordenamento jurídico brasileiro admite a elisão fiscal (redução legal da carga tributária), mas condena evasão e sonegação.

- Evasão fiscal: descumprimento da lei mediante omissão de informações.

- Sonegação: forma de evasão que envolve fraude ou falsidade documental (CARVALHO, 2019).

A legalidade do planejamento tributário é garantida pelo princípio da tipicidade cerrada, segundo o qual apenas situações previstas em lei podem gerar obrigações tributárias. Nesse contexto, empresas podem se organizar para adotar regimes mais vantajosos, desde que não recorram a simulações ou fraudes.

2.4 O Papel da Contabilidade no Planejamento Tributário

A contabilidade fornece os dados financeiros que fundamentam o planejamento tributário. Segundo Silva (2021), ela possibilita a análise da situação econômica e a simulação de cenários fiscais, orientando decisões assertivas.

A integração entre contador, advogado tributarista e gestor financeiro é essencial para assegurar a adequação das estratégias à realidade da empresa e à legislação vigente.

2.5 Comparação Entre Os Regimes Tributários

Os regimes tributários definem como as empresas recolhem impostos. A escolha depende do faturamento, da atividade econômica e de critérios legais. No Brasil, os principais são: Lucro Presumido, Lucro Real, Lucro Arbitrado e Simples Nacional. Segundo a Receita Federal, em janeiro de 2025 o Simples Nacional reunia cerca de 22,4 milhões de empresas, seguido do Lucro Presumido (1,07 milhão) e do Lucro Real (221,8 mil). A decisão pelo regime mais adequado é estratégica e influencia diretamente a saúde financeira e a competitividade da empresa.

2.6 Simulação Comparativa de Regimes Tributário: Impactos na Carga fiscal

Com base em um exemplo fictício de uma empresa de consultoria com faturamento anual de R\$ 3,6 milhões, foram simulados três regimes:

1. Simples Nacional

Segundo a Lei Complementar nº 123/2006, empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões podem optar pelo Simples Nacional. Prestadores de serviço no Anexo V, que possuem folha de pagamento superior a 28% do faturamento, podem usar a tabela do Anexo III (alíquota mais baixa).

Cálculo:

Alíquota Efetiva (Anexo III, faixa 5): 11,20%

Receita Mensal: R\$ 300.000

Tributos Devidos: R\$ 33.600/mês

Carga Anual: R\$ 403.200

Vantagens: Simplicidade e unificação dos tributos
Desvantagens: Pouca flexibilidade e proibição de créditos fiscais

2. Lucro Presumido

Baseia-se em presunções fixas sobre a receita bruta (art. 516 a 528 do RIR/2018 – Regulamento do Imposto de Renda). Para atividades de prestação de serviços, presume-se que 32% da receita é lucro tributável.

Cálculo:

Receita Presumida: 32% de R\$ 300.000 = R\$ 96.000

IRPJ (15% até R\$ 20.000 + 10% sobre excedente): R\$ 4.800

CSLL (9%): R\$ 8.640

PIS + COFINS (cumulativo): 3,65% → R\$ 10.950

ISS: 5% → R\$ 15.000

Tributos Totais: R\$ 39.390/mês

Carga Anual: R\$ 472.680

Vantagens: Simplicidade contábil, boa opção para margens maiores que 32%

Desvantagens: Inflexível, não considera despesas reais, sem crédito de PIS/COFINS

3. Lucro Real

Obrigatório para empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões ou por opção (Lei nº 9.430/96). O IRPJ e a CSLL incidem sobre o lucro contábil ajustado.

Cálculo:

Lucro: R\$ 30.000

IRPJ: 15% até R\$ 20.000 = R\$ 3.000 + 10% sobre R\$ 10.000 = R\$ 1.000

CSLL (9%): R\$ 2.700

PIS (1,65%) e COFINS (7,6%): R\$ 27.450 – créditos R\$ 4.000 = R\$ 23.450

ISS (5%): R\$ 15.000

Tributos Totais: R\$ 42.150/mês

Carga Anual: R\$ 505.800

Vantagens: Mais justo em margens baixas, aproveitamento de créditos fiscais

Desvantagens: Alta complexidade e burocracia contábil

Resumo Comparativo

Regime Tributário = Simples Nacional

Carga Anual Estimada = R\$ 403.200

Indicada para = Pequenas empresas com folha alta e boa margem

Regime Tributário = Lucro Presumido

Carga Anual Estimada = R\$ 472.680

Indicada para = Empresas com margem efetiva acima de 32%

Regime Tributário = Lucro Real

Carga Anual Estimada = R\$ 505.800

Indicada para = Empresas com margem baixa ou alto custo operacional

como softwares e serviços terceirizados.

A análise evidencia que o Simples Nacional tende a ser o mais vantajoso para pequenas empresas, enquanto o Lucro Real pode ser interessante em cenários de margens baixas devido ao aproveitamento de créditos fiscais.

2.7 A Reforma Tributária e os Impactos nas Empresas (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela LC nº 214/2025, substituiu PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por dois IVAs:

- CBS (federal)
- IBS (estadual e municipal)

O novo modelo busca simplificar o sistema e eliminar a cumulatividade. Rocha (2023) destaca que a tributação no destino deve favorecer exportações e investimentos. Pellegrino (2024) aponta que a unificação legislativa deve reduzir burocracia e custos de conformidade.

2.8 O Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) e seus Efeitos

O IVA incide apenas sobre o valor agregado em cada etapa da cadeia, garantindo não-cumulatividade plena.

- Serviços: podem enfrentar alíquotas maiores, mas ganharão com créditos fiscais.
- Indústria e agronegócio: devem se beneficiar da simplificação e da tributação no destino.

Planejamento tributário: passa a focar na otimização de créditos e na conformidade, em vez da simples escolha de regimes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Baseia-se em revisão bibliográfica e documental, utilizando obras de referência em contabilidade e tributação, legislação, artigos acadêmicos, relatórios da Receita Federal e publicações do CFC. Para ilustrar a prática, foram analisados estudos de caso que demonstram como empresas aplicam estratégias tributárias com benefícios concretos.

3.1 Estudo de Caso 1: Vantagem na Reorganização Societária

Exemplo de fusão de empresas de um mesmo grupo econômico, em que prejuízos fiscais acumulados foram usados para reduzir IRPJ e CSLL, dentro do limite legal de 30% (GAMA, 2022).

3.2 Estudo de Caso 2: Adoção de Regimes de Apuração para Otimização de PIS/COFINS

Empresas com grandes despesas dedutíveis, como distribuidoras e atacadistas, ao migrarem do Lucro Presumido para o Lucro Real, aproveitaram créditos de PIS/COFINS superiores ao custo das alíquotas cumulativas (Receita Federal, 2023).

3.3 Estudo de Caso 3: Benefícios da Reforma Tributária para Empresas de Tecnologia

Relatório da KPMG (2024) mostra que empresas de tecnologia e consultoria tendem a se beneficiar do IVA,

4. RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que o estudo reforce a importância do planejamento tributário como ferramenta estratégica, capaz de reduzir legalmente a carga fiscal, melhorar a rentabilidade e aumentar a competitividade. Além disso, destaca-se o papel central da contabilidade como base para simulações, decisões fiscais e governança corporativa. A Reforma Tributária amplia essa relevância, ao exigir que profissionais contábeis atuem não apenas como executores, mas como consultores estratégicos, responsáveis por otimizar créditos fiscais e garantir conformidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que o planejamento tributário, quando bem estruturado, constitui um instrumento legal e estratégico de governança, capaz de promover economia de recursos, conformidade e maior solidez financeira. A Reforma Tributária eleva o papel do contador, que passa de mero executor para agente estratégico, fundamental na interpretação das novas regras e na tomada de decisões. Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise empírica em diferentes setores, especialmente no impacto do IVA sobre pequenas e médias empresas, recuperação de créditos e adaptação de sistemas contábeis.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. *Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018)*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. *Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. *Lei Complementar nº 214, de 2025. Institui a Reforma Tributária e altera dispositivos do sistema tributário nacional*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CARRARO, E. *Planejamento Tributário: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, Kiyoshi Harada. *Direito Financeiro e Tributário*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Normas Brasileiras de Contabilidade*.

Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CONTÁBIL, J. *Diferenças entre os regimes tributários: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. Jornada Contábil.*

Disponível em: <https://jornadacontabil.com.br/lucro-real-lucro-presumido-simples-nacional/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GALESKAS, W. *Comparativo detalhado: Simples Nacional x Lucro Presumido x Lucro Real. Blog Renda Maior, 3 abr. 2025. Planejamento tributário na prática: casos e exemplos.* Disponível em: <https://rendamaior.com>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GRUPO KRONN CONTABILIDADE. *Reforma Tributária e seus impactos no mercado: o que você precisa saber. 28 ago. 2025.* Disponível em: <https://grupokronn.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

IVA: o que é o imposto e o que muda com a Reforma Tributária. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Planejamento Tributário: elisão e evasão. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.*

OLIVEIRA, Reinaldo. *A Execução Fiscal da Fazenda Pública Federal na Prática. [S.l.]: Reinaldo Oliveira, 2020a.*

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. *Planejamento Tributário e Liberdade de Organização. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2020.*

SILVA, José Carlos Marion. *Contabilidade Empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.*